

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

Av. 25 de Abril,
3830-044 Ílhavo

geralcmi@cm-ilhavo.pt
www.cm-ilhavo.pt
+(351) 234 329 600

NIPC: 506 920 887

CONCURSO PÚBLICO

“REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DOUTOR JOÃO CARLOS CELESTINO GOMES”

julho de 2024

ÍNDICE

1.	Identificação do concurso e da entidade adjudicante.....	3
2.	Disponibilização e acesso às peças do procedimento	3
3.	Agrupamentos	3
4.	Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais	3
5.	Inspeção do local da empreitada.....	4
6.	Prazo para apresentação de propostas	4
7.	Retirada da proposta	5
8.	Documentos que instruem a proposta.....	5
9.	Modo de apresentação das propostas	6
10.	Propostas variantes.....	6
11.	Abertura das propostas	6
12.	Esclarecimentos e suprimimento de propostas	7
13.	Prazo da obrigação de manutenção das propostas	7
14.	Preço anormalmente baixo	7
15.	Critério de adjudicação.....	7
16.	Relatório preliminar	7
17.	Audiência prévia	8
18.	Relatório final	8
19.	Não adjudicação.....	8
20.	Decisão de adjudicação	8
21.	Habilitação.....	9
22.	Prestação de caução.....	11
23.	Notificação da apresentação dos documentos de habilitação	11
24.	Caducidade da adjudicação	11
25.	Contrato.....	11
26.	Encargos dos concorrentes e do Adjudicatário	11
27.	Sigilo.....	12
28.	Tratamento de dados pessoais no âmbito do concurso.....	12
29.	Legislação aplicável	12
30.	Anexos	12
	ANEXO I	13
	ANEXO II	15
	ANEXO III	16
	ANEXO IV	17
	ANEXO V	18
	ANEXO VI	19
	ANEXO VII.....	20

1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCURSO E DA ENTIDADE ADJUDICANTE

- 1.1. Constitui objeto do presente procedimento a execução da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DOUTOR JOÃO CARLOS CELESTINO GOMES”, de acordo com o estabelecido no presente Programa de Concurso e no Caderno de Encargos.
- 1.2. A Entidade Adjudicante é o Município de Ílhavo, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 506920887, com sede na Av. 25 de Abril, 3830-044 Ílhavo.
Telefone: +351 234 329 600
Fax: +351 234 329 601
Correio Eletrónico: doia@cm-ilhavo.pt
Website oficial: www.cm-ilhavo.pt
- 1.3. A decisão de contratar, consubstanciada na autorização de abertura de procedimento, foi determinada por Deliberação de Câmara, datada de 10/07/2024, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

2. DISPONIBILIZAÇÃO E ACESSO ÀS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

- 2.1. O processo do concurso encontra-se patente na Câmara Municipal de Ílhavo, sita na Avenida 25 de Abril, 3830-044 Ílhavo, onde pode ser examinado, durante o horário normal de expediente, desde o dia da publicação do anúncio, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
- 2.2. As peças do concurso, serão integral e gratuitamente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública acinGOV acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde o dia da publicação do anúncio no Diário da República.

3. AGRUPAMENTOS

- 3.1. Ao concurso poderão apresentar-se agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do Código dos Contratos Públicos (doravante designado simplesmente por CCP), sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação, sem prejuízo do previsto no número 20.3 quanto à obrigação e modalidade de associação antes da celebração do contrato.
- 3.2. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante o Município de Ílhavo, pela manutenção da proposta.
- 3.3. Os membros de um agrupamento não podem ser simultaneamente concorrentes no presente concurso, nem integrar outro agrupamento concorrente.
- 3.4. Os agrupamentos concorrentes devem observar as regras previstas adiante no presente Programa de Concurso.

4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

- 4.1. Os pedidos de esclarecimento de eventuais dúvidas surgidas na interpretação das peças do procedimento, devem ser apresentados através da plataforma eletrónica até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas e, no mesmo prazo, devem

apresentar uma lista de Erros e Omissões, na qual identifiquem expressa e inequivocamente os erros e/ou as omissões das peças do procedimento por si detetados, com as respetivas medições detalhadas apresentadas em anexo, sob pena de não serem aceites, nem objeto de análise, e que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis;
- d) Erros e Omissões do projeto de execução que não se incluam nas alíneas anteriores.

4.2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas:

- a) Os esclarecimentos são prestados pelo júri do procedimento;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final do prazo, não sejam expressamente aceites;
- c) O órgão competente para a decisão de contratar identifica os termos do suprimento de cada um dos erros e das omissões que tenham sido aceites nos termos do disposto na alínea anterior.

4.3. O órgão competente para a decisão de contratar pode ainda, no prazo previsto no número anterior, proceder oficiosamente à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos.

4.4. No mais, aplicar-se-á o disposto nos números 8 e 9 do artigo 50.º do CCP.

5. INSPEÇÃO DO LOCAL DA EMPREITADA

5.1. Durante o prazo fixado para a entrega das propostas, os interessados podem requerer, por escrito, através da plataforma eletrónica, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, a inspeção do local onde vão ser executados os trabalhos, e realizar nele os reconhecimentos que entender indispensáveis à elaboração da sua proposta, devendo inteirar-se de todas as condições, nomeadamente das que possam eventualmente influenciar na execução da empreitada.

5.2. Se o Município de Ílhavo, assim o entender, os interessados serão acompanhados por um elemento por esta designado, para a realização das inspeções referidas no número anterior.

5.3. Em caso algum, podem os interessados condicionar a sua proposta em função do resultado ou da omissão das inspeções e reconhecimentos referidos no presente artigo.

6. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

6.1. O prazo para apresentação das propostas termina às 23:59 horas do 45.º dia a contar da data do envio do anúncio para publicação no Diário da República (DR).

6.2. Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção das propostas e documentos que as acompanham, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à *internet* de que dispõem, uma vez que todo esse processo só será permitido até à hora e data referidas.

7. RETIRADA DA PROPOSTA

Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, e submetê-las novamente, caso o pretendam.

8. DOCUMENTOS QUE INSTRUEM A PROPOSTA

8.1. A proposta deve ser constituída, sob pena de exclusão, pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do Caderno de Encargos, elaborada de acordo com o modelo constante do Anexo I do CCP, cuja redação consta em anexo ao presente Programa de Concurso como ANEXO I,
 - b) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), disponível em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, devendo ser selecionadas as seguintes opções:
 - i. “Sou um operador económico”;
 - ii. “Importar um DEUCP”;
 - iii. “Carregar documento”, selecionar o ficheiro disponibilizado pela entidade adjudicante;
 - iv. Selecionar país concorrente;
 - v. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - vi. No final, selecionar a opção ‘Imprimir’ o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado junto com os documentos da proposta.
 - c) Declaração com indicação do preço contratual, elaborada de acordo com o ANEXO II ao presente Programa de Concurso;
 - d) Lista dos preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no projeto de execução;
 - e) Plano de trabalhos, apresentado de acordo com o estipulado na cláusula 19 do Caderno de Encargos;
 - f) Cronograma financeiro, apresentado de acordo com o estipulado na cláusula 19 do Caderno de Encargos.
 - g) Faseamento do plano de trabalhos de forma a criar o menor impacto no normal funcionamento da escola, estando prevista a utilização de instalações provisórias para o funcionamento temporário de parte da atividade escolar.
- 8.2. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento:
- a) Deve ainda ser constituída por um documento que identifique os seus membros;
 - b) O documento a que se refere a alínea a) do número anterior, deve ser apresentado, de forma autónoma, relativamente a cada membro do agrupamento;
 - c) Indicação do representante comum do agrupamento, que assina os documentos apresentados em conjunto, acompanhada dos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros; caso não exista representante comum do agrupamento, os documentos da proposta devem ser todos assinados por cada um dos seus membros ou respetivos representantes, conforme se trate de pessoas singulares ou pessoas coletivas.
- 8.3. Na declaração de preço contratual exigida na alínea c) do número 8.1, o concorrente deve cumprir o disposto no artigo 60.º do CCP.
- 8.4. O preço da proposta deve ser expresso em Euros, com apenas 2 (duas) casas decimais, e não incluir o imposto sobre o valor acrescentado.

8.5. Qualquer classificação de documentos que constituem a proposta deve ser previamente requerida pelos interessados até às 17:00 horas do termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, nos termos do artigo 66.º do CCP.

9. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. A proposta é apresentada através da plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito, sendo que os procedimentos eletrónicos subjacentes devem estar em conformidade com as regras da assinatura eletrónica qualificada, nos termos e de acordo com o disposto na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, designadamente todos os documentos que instruem a proposta devem ser assinados eletronicamente.

9.2. A assinatura eletrónica suprarreferida deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:

- a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
- b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.

9.5. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica de um documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.

9.6. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, em relação à qual o concorrente declare aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais, que poderão ser entregues nas versões/formatos originais, caso aplicável.

9.7. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se refere os números anteriores deve ser aposta pelo representante comum dos membros que o integram, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos no número 9.4, caso em que devem ser ainda juntos os respetivos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros; não existindo representante comum, os documentos devem ser assinados por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes, conforme se trate de pessoas singulares ou pessoas coletivas.

10. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de propostas variantes, nos termos previstos no artigo 59.º do CCP.

11. ABERTURA DAS PROPOSTAS

A abertura eletrónica das propostas é efetuada pelo Júri do procedimento no dia útil imediato à data limite para apresentação das mesmas.

12. ESCLARECIMENTOS E SUPRIMENTO DE PROPOSTAS

- 12.1. O júri pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessários para efeito da análise das mesmas, aplicando-se o disposto no artigo 72.º do CCP.
- 12.2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes sobre as respetivas propostas fazem parte integrante das mesmas, desde que observadas as regras fixadas no n.º 2 do artigo 72.º do CCP.
- 12.3. O júri deve solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas, nos termos do n.º 3 do artigo 72.º do CCP.
- 12.4. Os pedidos do júri, bem como as respetivas respostas ficam disponibilizados na plataforma eletrónica, nos termos do n.º 5 do artigo 72.º do CCP.

13. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter todas e quaisquer condições das respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

14. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Nos termos do n.º 2 do artigo 132.º do CCP não serão definidas as condições em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo.

15. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 15.1. A adjudicação é efetuada com base no critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade monofator, prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, em que o fator de avaliação das propostas é o preço, sendo adjudicada a proposta que apresente o preço mais baixo.
- 15.2. Em caso de empate no valor das propostas, será adjudicada a proposta que apresentar o preço mais baixo no somatório dos artigos que constituem o Capítulo 1 (Estaleiro) do mapa de quantidades de trabalhos.
- 15.3. Caso subsista o empate, o desempate é feito por sorteio realizado pelo júri em sessão pública para a qual serão notificados os representantes de cada um dos concorrentes, embora a sua não comparência não prejudique a realização daquele.

16. RELATÓRIO PRELIMINAR

- 16.1. As propostas são analisadas pelo júri, tendo em conta o disposto no artigo 146.º do CCP e atendendo ao critério de adjudicação definido.
- 16.2. Após análise das propostas, o júri elabora um relatório preliminar de análise das propostas, ordenadas por ordem decrescente.
- 16.3. No relatório preliminar, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas, nos termos do artigo 146.º do CCP.

17. AUDIÊNCIA PRÉVIA

- 17.1. Elaborado o relatório preliminar de análise das propostas, o júri procede ao seu envio para todos os concorrentes, para efeitos de audiência prévia, nos termos do disposto no artigo 147.º do CCP.
- 17.2. Os concorrentes têm 5 (cinco) dias úteis após a notificação do relatório preliminar para se pronunciarem sobre o mesmo.

18. RELATÓRIO FINAL

- 18.1. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
- 18.2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 148.º do CCP.

19. NÃO ADJUDICAÇÃO

Sempre que se verifique alguma das causas de não adjudicação elencadas no artigo 79.º do CCP não há lugar à adjudicação, extinguindo-se o procedimento.

20. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO

- 20.1. A decisão de adjudicação é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise das propostas.
- 20.2. Notificado da decisão de adjudicação, o Adjudicatário deve:
- a) Apresentar, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os documentos de habilitação exigidos no artigo 21;
 - b) Confirmar, se aplicável, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato, considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias úteis subsequentes à respetiva notificação;
 - d) Prestar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a caução prevista no artigo 22, nos termos dos artigos 88.º a 91.º do CCP;
 - e) Apresentar, até à data de assinatura do contrato, apólices de seguro exigidas nos termos da cláusula 14 do Caderno de Encargos.
- 20.3. No caso do Adjudicatário ser um agrupamento concorrente, os seus membros devem associar-se, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de Consórcio Externo de responsabilidade solidária, devendo, até à data da assinatura do contrato, apresentar os seguintes documentos: cópia do Contrato de Consórcio, com indicação do líder do Consórcio e da percentagem de participação e faturação de cada um dos elementos do Consórcio e procuração

outorgada por todos os membros do Consórcio ao seu líder, com poderes para receber todas as notificações e comunicações do Município de Ílhavo ou seu representante, respeitantes ao contrato celebrado.

21. HABILITAÇÃO

21.1. O Adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração conforme o modelo constante do Anexo II do CCP, cuja redação consta como ANEXO III ao presente Programa de Concurso;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h), do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, acompanhados de certidão de registo comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente “online”;
- c) Documento comprovativo do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE) ou do documento equivalente para o *Ultimate Beneficial Owner* (UBO) emitido no Estado em que seja nacional ou em que se situe o seu estabelecimento principal;
- d) Declaração relativa a Trabalhadores Estrangeiros, nos termos do ANEXO IV ao presente Programa de Procedimento, ou declaração de não aplicabilidade, consoante o caso;
- e) Identificação da(s) pessoa(s) que tomará(ão) parte do contrato em representação do adjudicatário (nome, estado civil, naturalidade, residência, número do B.I./Cartão de Cidadão e data de emissão/validade, número de contribuinte);
- f) Documentação relativa ao Diretor de Obra: elementos comprovativos da qualificação exigível, considerando quer, a classe de obra correspondente ao valor da proposta, quer o tipo de trabalhos envolvidos, consoante o técnico proposto para assumir a função nos termos do n.º 1 do artigo 23.º e do Quadro n.º 1 do Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de junho, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, e as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, designadamente:
 - i. Comprovativo de inscrição na respetiva Ordem ou Certificados de Qualificação ou Diplomas obtidos no âmbito do Sistema Nacional de Qualificações;
 - ii. Termo de Responsabilidade subscrito pelo técnico designado, com assinatura reconhecida nos termos gerais de direito ou assinatura eletrónica qualificada, assumindo a correta execução da obra e a responsabilidade pela sua direção técnica e comprometendo-se a desempenhar a função com proficiência e assiduidade, nos termos do modelo constante da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, com as adaptações impostas pelas exigências ora estabelecidas;
 - iii. Documento comprovativo da contratação do diretor de obra, emitido pelo Adjudicatário.
- g) Certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P. (IMPIC, I.P.) com a seguinte habilitação:
 - i. 5.ª Subcategoria (Estuques, pinturas e outros revestimentos) da 1.ª Categoria e da classe correspondente ao valor da proposta.
 - ii. 2.ª (Estruturas metálicas), 4.ª (Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias), 6.ª (Carpintarias), 7.ª (Trabalhos em perfis não estruturais) e 8.ª (Canalizações e condutas em edifícios) Subcategorias da 1.ª Categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem.
 - iii. 9.ª (Ajardinamentos) Subcategoria da 2.ª Categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem.

- iv. 1.^a (Instalações elétricas de utilização de baixa tensão com potência até 50 kVA), 6.^a (Instalações de produção de energia elétrica até 30 kV), 9.^a (Infraestruturas de telecomunicações) e 10.^a (Sistemas de extinção de incêndios, de segurança e de deteção) Subcategorias da 4.^a Categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem.
- v. 1.^a (Demolições), 9.^a (Reparações e tratamentos superficiais em estruturas metálicas), 11.^a (Impermeabilizações e isolamentos) Subcategorias da 5.^a Categoria, na classe correspondente à parte dos trabalhos a que respeitem.
- h) Caso o Adjudicatário não disponha de alguma das habilitações exigidas na alínea anterior, observando os limites impostos pelo artigo 383.º do CCP, juntará aos documentos de habilitação, os alvarás ou os títulos de registo emitidos pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., contendo as habilitações acima referidas dos subempreiteiros, desde que acompanhados de declaração através da qual estes se comprometam, incondicionalmente, a executar os trabalhos correspondentes às habilitações deles constantes;
- i) O Adjudicatário ou um subempreiteiro referido na alínea anterior, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou nacional de Estado signatário do Acordo sobre Contratos Públicos da Organização Mundial de Comércio, que não seja titular dos documentos referidos na alínea e) anterior, deve apresentar, em substituição desses documentos, uma Declaração de Habilitação emitida pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., comprovativa de que está habilitado a executar a obra em causa, nos termos da Lei n.º 41/2015, de 3 de junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho.
- j) Um plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se o adjudicatário for uma micro, pequena ou média empresa certificada nos termos da lei.
- 21.2. Quando o Adjudicatário for um agrupamento, os documentos de habilitação exigidos no número 21.1 devem ser apresentados por todos os seus membros, de acordo com o n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
- 21.3. Todos os documentos de habilitação têm que ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o Adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
- 21.4. Em caso de deteção de irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, ou não apresentação dos mesmos pelo Adjudicatário dentro do prazo concedido, por facto que não lhe seja imputável, será concedido um prazo adicional de 3 (três) dias úteis para apresentação dos documentos em falta, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP.
- 21.5. Quando os documentos solicitados no presente artigo se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
- 21.6. A C.M. de Ílhavo pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
- 21.7. Os documentos de habilitação apresentados pelo Adjudicatário serão disponibilizados, para consulta de todos os concorrentes, na plataforma eletrónica indicada em 2.2.
- 21.8. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

22. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

22.1.O valor da caução é de 5% (cinco por cento) do preço contratual e será prestada pelo Adjudicatário, por depósito em dinheiro, mediante garantia bancária à primeira solicitação ou ainda por seguro-caução, nos termos dos ANEXOS V, VI e VII ao presente Programa de Concurso, respetivamente.

22.2.Quando o preço total resultante da proposta adjudicada seja considerado anormalmente baixo, o valor da caução é de 10% (dez por cento) do preço contratual.

22.3.O disposto no n.º 4 do artigo 88.º do CCP não se aplica ao presente procedimento.

23. NOTIFICAÇÃO DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os concorrentes são notificados em simultâneo da apresentação dos documentos de habilitação do Adjudicatário, ficando os mesmos disponibilizados para consulta de todos.

24. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação caduca, nos casos previstos no artigo 87.º-A do CCP e se, por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário:

- a) não apresentar documentos de habilitação nos prazos fixados, nos termos do artigo 86.º do CCP;
- b) não apresentar os documentos de habilitação redigidos em língua portuguesa, ou não os apresentar acompanhados de tradução devidamente legalizada, no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua, de acordo com o disposto no artigo 86.º do CCP;
- c) apresentar documentos de habilitação falsificados ou prestar falsas declarações, de acordo com o disposto no artigo 87.º do CCP;
- d) não confirmar os compromissos com terceiras entidades referidos na alínea b) do número 20.2, de acordo com o disposto no artigo 93.º do CCP;
- e) não prestar a caução que lhe seja exigida, de acordo com o artigo 91.º do CCP;
- f) não remeter o contrato assinado eletronicamente ou não comparecer para a outorga do contrato, nos termos do artigo 105.º do CCP;
- g) no caso de ser um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos do n.º 4 do artigo 54.º do CCP.

25. CONTRATO

O contrato é reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do CCP, devendo a outorga e remessa do mesmo ocorrer num prazo não inferior a 3 (três) dias após a notificação para o efeito, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 104.º do CCP.

26. ENCARGOS DOS CONCORRENTES E DO ADJUDICATÁRIO

26.1.São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta.

26.2. São ainda da conta do Adjudicatário, as despesas e encargos inerentes à celebração do respetivo contrato, incluindo as de prestação da caução.

27. SIGILO

Os concorrentes obrigam-se a garantir o sigilo, quer por si ou seus trabalhadores, quer por seus contratados, quanto a informações, documentos ou dados de que venham a ter conhecimento ou acesso no âmbito do presente concurso ou subsequentes procedimentos, mantendo-se tal obrigação mesmo após o seu termo ou dos procedimentos subsequentes.

28. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS NO ÂMBITO DO CONCURSO

28.1. Nos termos do disposto na alínea c) do artigo 6.º do Regulamento Geral de Proteção de Dados, e exclusivamente para efeitos do presente procedimento e do cumprimento de obrigações jurídicas a que esteja adstrita, a entidade adjudicante poderá tratar dados pessoais, nomeadamente de identificação e informação relativa ao registo criminal relativos aos candidatos e concorrentes, incluindo dos seus representantes, órgãos sociais, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, na estrita medida do necessário e mediante as adequadas medidas de segurança.

28.2. Os concorrentes são responsáveis por garantir o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus órgãos sociais representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando aplicável, e prestando aos titulares dos dados as informações referentes ao processamento de dados pela entidade adjudicante, em cumprimento do direito à informação.

28.3. Os dados pessoais relativos aos concorrentes, incluindo dos seus órgãos sociais, representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores são eliminados logo que cesse a obrigação legal ou contratual de os conservar.

29. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Ao presente procedimento é aplicável o disposto no Código dos Contratos Públicos e respetiva legislação complementar.

30. ANEXOS

ANEXO I – Modelo de declaração de aceitação do Caderno de Encargos (Anexo I ao CCP)

ANEXO II - Modelo de declaração de indicação do preço contratual

ANEXO III - Modelo de declaração do Anexo II ao CCP

ANEXO IV - Modelo de declaração relativa a trabalhadores imigrantes

ANEXO V - Modelo de guia de depósito

ANEXO VI - Modelo de garantia bancária

ANEXO VII - Modelo de seguro-caução

ANEXO I

Modelo de declaração de aceitação do Caderno de Encargos (Anexo I do CCP)

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade e representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):
 - a) ____
 - b) ____
3. Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.
4. Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
5. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.
6. Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.
7. O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Assinatura digital qualificada (4)

- 1 Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- 2 No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- 3 Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
- 4 Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

Modelo de declaração de indicação do preço contratual

_____ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), titular(es) do(s) alvarás (ou, se for o caso, do(s) certificado(s) de inscrição na Lista Oficial de Empreiteiros Aprovados do Estado), _____ (indicar o(s) número(s)), contendo as habilitações _____ (indicar natureza e classe), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto da empreitada de execução **“REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DOUTOR JOÃO CARLOS CELESTINO GOMES”**, a que se refere o Anúncio de Concurso Público n.º XXXX/2024, publicado do Diário da República n.º XX datado de ____ de _____ de 2024, obriga(m)-se a executar os trabalhos que constituem essa empreitada, em conformidade com o Caderno de Encargos, no prazo de ____ (_____) meses, pelo preço de _____ (por extenso e por algarismos, em euros), que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Em cumprimento do disposto no n.º 4 do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na redação dada pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, o preço global acima indicado é composto pelos seguintes preços parciais, relativos aos trabalhos que se propõe executar correspondentes às habilitações contidas nos alvarás ou nos títulos de registo ou nas declarações emitidas pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P..

Categoria	Subcategoria	Artigos do Mapa de Trabalhos	Valor (€)	Membro do Agrupamento / Subempreiteiro
		A totalidade do articulado		

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data _____

Assinatura(s) _____ (Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto).

ANEXO III

Modelo de Declaração do Anexo II ao CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO IV

Modelo de declaração relativa a trabalhadores estrangeiros

_____ (nome do Adjudicatário), com sede em _____, pessoa coletiva n.º _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, detentor do alvará n.º _____, com o capital social de _____, representado(a) pelos Senhores _____ e _____, na qualidade respetivamente de _____ e _____, declara para os devidos efeitos legais, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 198.º-A da Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, na sua redação atual, que cumpre todas as obrigações legais relativamente a trabalhadores estrangeiros a utilizar na realização da “REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA SECUNDÁRIA DOUTOR JOÃO CARLOS CELESTINO GOMES”, designadamente a legislação laboral e as obrigações de declaração de rendimentos sujeitos a desconto respeitantes à Administração Tributária e à Segurança Social.

Assinatura digital qualificada

ANEXO V

Modelo de guia de depósito

Euros:.....€

Vairesidente (ou com escritório) em ..., na ..., depositar na ... (sede, filial, agência ou delegação) da (instituição) a quantia de (por extenso em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por), como caução exigida para a empreitada de “(designação da empreitada”, para os efeitos do n.º 1 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na redação dada pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio. Este depósito fica à ordem de (entidade), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data

Assinaturas..... (Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

ANEXO VI

Modelo de garantia bancária à primeira solicitação

O Banco ..., com sede em ..., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ..., com capital social de ..., presta a favor de ..., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de, correspondente a ...(percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que (designação empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com o Município de Ílhavo, Pessoa Coletiva de Direito Público n.º 506 920 887, com sede na Avenida 25 de Abril, 3830-044 Ílhavo, vai outorgar e que tem por objeto ... “(designação da empreitada)”.

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação do Município de Ílhavo, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que... (designação da empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

Data.

O BANCO

Assinatura.....

(com sede em) ou (Agência de.....)

ANEXO VII

Modelo de seguro-caução à primeira solicitação

A companhia de seguros ... (designação da companhia de seguros)...., com sede em ...(local)...., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de..., com capital social de..., presta a favor do Município de Ílhavo, e ao abrigo de contrato de seguro – caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de...., correspondente a... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela Município de Ílhavo vai outorgar e que tem por objeto... (designação da empreitada).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia, no dia seguinte, à primeira solicitação do Município de Ílhavo, sem que este tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que... (designação da empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros, não pode opor ao Município de Ílhavo quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP), na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, e pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio.

Data

O BANCO / SEGURADORA

Assinatura

(com sede em) ou (Agência de)

OBS: Qualquer rasura deve ser ressalvada e as assinaturas dos Diretores, ou quaisquer outras pessoas com poderes para obrigar, devem ser reconhecidas.